

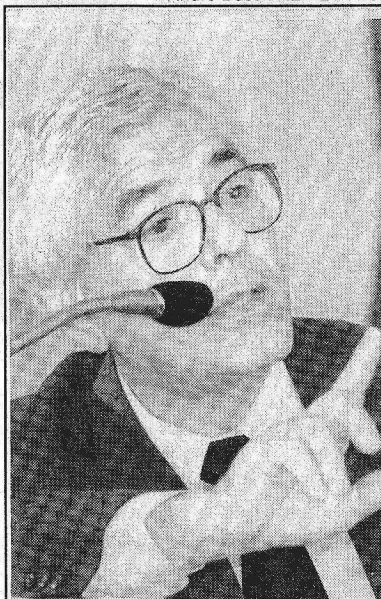
CPI citará 7 por desvio de subvenções

André Dusek/AE—24/11/93

Relatório incrimina seis deputados e um suplente no uso de recursos filantrópicos em proveito próprio

BRASÍLIA — Relatório entregue ontem pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ao presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), incrimina seis deputados e um suplente em desvio, má aplicação e manipulação das verbas de subvenções sociais. O relatório parcial da subcomissão de subvenções sociais não sugere punições para os parlamentares, mas traz um levantamento minucioso de fatos comprometedores que envolvem os deputados João Alves (sem partido-BA), Fábio Raulheitti (PTB-RJ), Cid Carvalho (PMDB-MA), Genebaldo Correia (PMDB-BA), João de Deus Antunes (PPR-RS), José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) e o suplente Feres Nader (PTB-RJ).

Para o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), o levantamento da subcomissão reforçou sua convicção da necessidade de “extinção definitiva” das subvenções sociais. “Quem quiser fazer filantropia que procure a LBA, as verbas do Orçamento têm de ser aplicadas em planos do go-



Raulheitti: aplicação irregular

verno”, pregou Magalhães. Garibaldi Alves explicou que o relatório parcial incluiu apenas os nomes dos parlamentares, sobre os quais já foram concluídas as investigações. A subcomissão pretende, a partir de agora, se concentrar na apuração de irregularidades na aplicação de subvenções pelos deputados Daniel Silva (PPR-MA), Raquel Cândido (PTB-RO) e Paulo Portugal (PP-RJ).

Paulo Portugal deverá ter o sigi-

lo bancário e fiscal quebrado hoje pela CPI. Auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) na Sociedade de Proteção à Infância e Maternidade de Bom Jesus de Itabapoana (RJ), ligada ao deputado, identificou várias irregularidades na aplicação de US\$ 1,4 milhão recebido pela entidade entre 1990 e 1993. A auditoria constatou que a entidade foi fundada pelo próprio deputado em 1988 e conseguiu registro no Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) apenas dois meses depois de criada, graças a uma declaração assinada por Portugal quando era prefeito de Bom Jesus — em que ele atestava se tratar de uma sociedade filantrópica sem fins lucrativos.

Os auditores do TCU verificaram, no entanto, que a maior parte do dinheiro recebido pela Sociedade de Proteção à Infância e Maternidade foi desviada para a construção de um hospital particular, de propriedade da empresa Portugal, Tannus & Cia. Ltda, que tem Portugal entre seus sócios. Coincidentemente, entre os fundadores da entidade, figuram também a mulher do deputado e seus outros sócios na empresa Portugal, Tannus & Cia: Aylton Avelino dos Santos, José Daruich Schuwartz Santos e respectivas mulheres.